

JULIANA ALVES LIMA

CULTURA ZL:

POLÍTICAS CULTURAIS NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

CELACC/ ECA - USP 2014

JULIANA ALVES LIMA

CULTURA ZL: POLÍTICAS CULTURAIS NA PERIFERIA

Projeto apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos orientado pelo professor Danilo Oliveira.

São Paulo, agosto de 2014

Agradecimentos

Quero agradecer à minha família, meus pais Elias e Cintia, que sempre me incentivaram a lutar pelas coisas em que acreditei e transmitiram valores inestimáveis de honestidade e perseverança. Agradeço também à Juliana Cranchi, por me ensinar a importância de buscarmos aprimorar o que fazemos, pois sempre é possível melhorar. Agradeço aos meus colegas de classe e aos professores com quem troquei tantas experiências enriquecedoras durante esses últimos 18 meses, falando sobre cultura, cidadania, gestão cultural, produção e todas as coisas instigantes que envolvem o universo das artes. Agradeço ao Binho Santana e ao Bruno Veloso, do Periferia Invisível, ao Emerson Alcalce e ao Uiliam Chapeu, do Slam da Guilhermina, pela generosidade em compartilhar suas experiências enriquecedoras. E, por fim, agradeço ao professor Danilo Oliveira pela paciência na orientação desse artigo. Você desde sempre é um exemplo de competência e dedicação.

Dedicatória

Dedico este artigo a todos os artistas, produtores e militantes culturais que colocam o coração à frente de tudo o que realizam no âmbito cultural, que acreditam em sua missão como protagonistas do fazer cultural, na transformação social que a arte proporciona para as pessoas e que conseguem fazer muito com o pouco que têm. Dedico também àqueles artistas que muitas vezes têm ideias extraordinárias, mas que não conhecem os caminhos para colocá-las em prática, porque esbarram nas burocracias do sistema, do financiamento e do mercado cultural. Acreditem em seus sonhos, busquem conhecimento e alternativas, pois quando se é persistente, o céu é o limite.

SUMÁRIO

1. Resumo	4
2. Introdução	5
3. Inovações nas Políticas Culturais Brasileiras	7
4. Diversificando as formas de financiamento à cultura: A importância do Vai ..	9
5. Cultura ZL: cultura na periferia e pesquisa de campo	12
6. Considerações finais	17
7. Referências Bibliográficas	19

CULTURA ZL: POLÍTICAS CULTURAIS NA PERIFERIA

Juliana Lima¹

1. Resumo

Esse artigo aborda algumas dificuldades que a sociedade civil, artistas e produtores culturais situados na periferia de São Paulo, especificamente na Zona Leste, enfrentam para estabelecer um diálogo com o Estado a fim de encontrar caminhos para o desenvolvimento de políticas públicas criando possíveis canais de fomento às suas produções artísticas, bem como torná-las acessíveis ao público.

Traremos como exemplo o coletivo Cultura ZL como uma alternativa que a própria comunidade artística da Zona Leste de São Paulo criou para ajudar a sanar algumas das questões citadas acima, na qual a população, junto a artistas e agentes culturais e representantes do Estado, passam a discutir sobre a ocupação de espaços públicos e privados para a difusão de ações culturais.

Palavras-chave: Financiamento cultural, políticas públicas, Cultura ZL, democracia cultural.

Resumen

Este artículo pretende exhibir algunas dificultades enfrentadas por artistas, productores culturales y la sociedad civil que vive en la periferia de São Paulo, principalmente en la zona este de la ciudad, para establecer un diálogo con el gobierno y encontrar caminos para el desarrollo de políticas públicas, buscando la creación de posibles canales de diálogo e incentivo a sus producciones artísticas, bien como su accesibilidad al público en general.

Traemos como ejemplo el colectivo Cultura ZL, como una alternativa de la propia comunidad artística de la zona este de São Paulo para solucionar algunas de las cuestiones y problemáticas que enfrentan, como las antes citadas. El colectivo en

¹ Bacharel em Musicoterapia pela Faculdade Paulista de Artes (FPA), cantora, compositora e ativista cultural. Pós-graduanda em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo CELACC/ECA-USP. Contato: julianalimacantora@gmail.com.

colaboração com a população, artistas, agentes culturais y representantes del gobierno pasaron a discutir la ocupación de espacios públicos y privados, para la difusión de acciones culturales.

Palabras-clave: Inversión cultural, políticas públicas, Cultura ZL, democracia cultural.

Abstract: This article covers some difficulties that artists, cultural producers and the civil society inserted in São Paulo's suburb, specifically in east zone, they affront to establish a dialogue with the government and find ways to develop public policies, creating some possible conduits to encourage the artistic productions. Trying to turn them accessible to all (the public). After the example of Cultura ZL, as an alternative the same artistic community of São Paulo's east zone created to help healing some of issues quoted before. In which the population with artists, cultural agents and representative government get to discuss about the use of public and privated spaces to diffuse cultural actions.

Keywords: cultural projects, public policies, ZL Cultura, cultural democracy.

2. Introdução

Partindo do pressuposto de que Política Pública Cultural no Brasil é um tema muito recente, há efetivos esforços em materializar os direitos e deveres culturais dos cidadãos. Quando se pensa em políticas públicas na periferia da Zona Leste de São Paulo, a questão é ainda mais crítica.

Esse artigo trata do desenvolvimento de políticas públicas na periferia de São Paulo. Logo de início, aborda o que é Política Pública sob o prisma do pesquisador Enrique Saraiva. Em seguida, traz um breve histórico sobre os acontecimentos mais recentes e relevantes no campo da política pública no Brasil, no qual Lia Calabre traça um panorama a respeito dos últimos doze anos. Há também um recorte muito específico do artigo “Modelos de financiamento à cultura”, de Isaura Botelho, que elaborou uma pesquisa nos anos 90 sobre diversificação de financiamentos à cultura, na qual relata como outros países dividem a responsabilidade de fomentar a produção

cultural entre o Governo, a iniciativa privada e a sociedade civil (BOTELHO, 1997, p. 01). Mesmo sendo datado desse período, o artigo incita questões pertinentes à nossa atualidade.

E ainda abordaremos o relato do escritor, dramaturgo, ator e ativista cultural, Emerson Alcalde, coautor e organizador do livro *Cultura ZL*, que fala sobre as dificuldades que a população da Zona Leste de São Paulo enfrenta, desde o simples ato de ir e vir, bem como de usufruir de necessidades básicas, o que inclui bens culturais, espaços culturais e financiamento cultural. No entanto, isso não os priva de serem extremamente articulados a ponto de criar uma rede de coletivos que se comunica de forma surpreendente, reivindica suas demandas ao Governo e tem uma produção artística significativamente ativa.

Paulo Freire defendeu a capacidade que cada indivíduo tem de se desenvolver e se libertar através de suas próprias investigações, de um aprendizado que esteja ligado ao seu cotidiano e à sua vivência: “Somente homens e mulheres, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora” (FREIRE, 2011, p. 107).

Foi utilizado nesse artigo o método marxista *dialético* de pesquisa de campo, com entrevistas participativas realizadas com produtores culturais pertencentes a projetos que fazem parte de um coletivo cultural chamado *Cultura ZL*. Essas entrevistas tratam justamente do diálogo que eles vêm estabelecendo com o Estado e as conquistas concretizadas até o presente momento.

Existem mudanças decisivas ocorrendo no cenário da cultura nacional. É fundamental que artistas, produtores e a própria sociedade civil estejam a par de acontecimentos relacionados ao o Plano Nacional de cultura, o Sistema Nacional de cultura e o *Cultura Viva*. Esses projetos, em teoria, são grandes vitórias para a democracia cultural neste país. O grande desafio é colocá-los em prática a nível nacional e ver seus benefícios se refletirem na diversidade das ações culturais. É fundamental que se dê o mesmo respaldo às regiões em que há ricas manifestações culturais, porém, são desfavorecidas e desprovidas de recursos, principalmente nas grandes periferias, como é o caso da Zona Leste de São Paulo. Essas conquistas trarão mudanças decisivas para o crescimento da sociedade Brasileira como um todo.

3. Inovações nas Políticas Culturais Brasileiras

Para melhor compreensão do tema proposto neste artigo, é preciso entender o que é política pública e quais são os seus principais avanços no âmbito cultural no Brasil e seus acontecimentos mais recentes.

Segundo Saraiva:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social o a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA, 2006: p. 28-29)

Vê-se de longe uma grande contradição dessa definição com a realidade dos protagonistas da Cultura ZL. É fundamental que se faça uma breve retrospectiva histórica sobre as políticas culturais no Brasil visando encontrar alternativas para o quadro de descaso com o financiamento cultural e também a ocupação de espaços por parte dos agentes desses coletivos.

O histórico de políticas públicas no Brasil passa pelo discurso Estatal Vargasista, pela abstenção neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, até chegar a uma proposta de partilhamento entre Estado e Sociedade na época do governo de Luís Inácio Lula da Silva. “No início do século XXI, o papel desempenhado pelo governo FHC na cultura era mínimo, o investimento direto de recursos pelo Ministério da Cultura era quase inexistente e restrito à manutenção da estrutura federal pública” (CALABRE, 2012, p. 02).

O governo deixou o direito à tomada de decisão em relação à verba pública destinada ao financiamento cultural inteiramente nas mãos do mercado, fazendo com

que os projetos pequenos e sem visibilidade ficassem à margem desse mercado e com mínimas (para não dizer nulas) chances de receber algum tipo de apoio financeiro.

No início do governo Lula, sob a gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil, teve início uma série de iniciativas que permitiram a aproximação entre o governo e a sociedade civil (CALABRE, 2012, p. 02). Pela primeira vez nesse país, deu-se o direito a artistas, produtores e comunidades descentralizadas das grandes capitais a se tornarem protagonistas da história da democracia cultural e das políticas públicas.

Isso se deu no seminário “Cultura para todos”, que permitiu um diálogo com diversos segmentos da sociedade civil e da classe artística das mais variadas regiões do país (CALABRE, 2012, p. 02).

Até 2002, o Ministério tinha secretarias mais pontuais, como a secretaria da Música, da leitura, do livro etc. Em 2003, a estrutura foi redesenhada, criando secretarias voltadas à construção de políticas, como as secretarias da Identidade e da Diversidade, da Articulação Institucional e de Políticas Culturais.

Reformulado o Ministério estabelece diálogos mais diretos com novas áreas, como o das culturas populares, dos indígenas, dos ciganos e cria programas inovadores como o Cultura Viva. Os programas são criados tendo por base um conceito de cultura ampliado, buscando compreender elementos da chamada tridimensionalidade da cultura, que são os níveis simbólico, econômico e cidadão (CALABRE, 2012, p. 04)

Esses foram passos fundamentais para o desenvolvimento da democracia e da cidadania cultural e participativa abrangente. Em 2005, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Cultura que trouxe inúmeras colaborações para a elaboração de políticas públicas culturais, com a participação de representantes de diversos campos artísticos, bem como de outras áreas do governo. Houve também a criação do Plano Nacional de Cultura, aprovado como lei em 2010, depois de diversas contribuições do governo e da sociedade civil.

No Brasil há um sério problema de descontinuidade de políticas em seus mais variados setores. Buscando a manutenção e a continuidade das políticas que funcionam bem, algumas áreas como a saúde e a educação, possuem sistemas e fundos que garantem a longevidade das políticas e dos investimentos. Na última década, novas áreas vêm buscando construir sistemas nacionais que lhes garantam um mínimo de estabilidade às políticas implementadas. Esse é o caso da área da cultura (CALABRE, 2012: p. 07-08)

Em 2012, foi aprovado o Sistema Nacional de Cultura, garantindo apoio direto do Governo Federal para a Cultura. E há pela frente um longo caminho para implementá-la em todo o país e ser, assim, possível ver os reflexos de seus benefícios na sociedade brasileira.

É fundamental que se pense que, a longo prazo, essas mudanças irão proporcionar uma desconcentração da distribuição de recursos para a cultura e principalmente a preservação da diversidade cultural.

Aos poucos, uma realidade que outrora parecia utópica, passará a ser possível. Aqueles que antes eram excluídos, não tinham voz nem vez, como o Coletivo ZL, começarão a ter suas demandas inseridas em debates com o poder público. Mesmo em passos lentos, há efetivos esforços para um avanço frente à democracia cultural no Brasil.

4. Diversificando as formas de financiamento à cultura: A importância do Vai

No decorrer de décadas em que as políticas públicas vêm se desenvolvendo no Brasil, avançamos pouco, porém, temos as “leis federais, estaduais e municipais. Há muitas empresas privadas que investem em ‘marketing cultural’. Essas empresas publicam anualmente editais para fomentar manifestações artísticas de diversos segmentos” (CESNIK, 2012, p. 15). Temos também um recente caminho para o financiamento de projetos culturais com valores mais modestos e com propostas aquém do mercado cultural, o financiamento coletivo *crowdfunding*².

² Mais informações no site: <<http://www.catarse.me>>.

No ano de 2003, a lei municipal do Vai³ passou a beneficiar jovens entre 18 e 29 anos de vários projetos nas regiões periféricas da cidade. Esse é um exemplo de que a parceria entre o Estado e a população é necessária.

O próprio Vai é uma vitória da comunidade artística da Zona Leste de São Paulo. Após muitos diálogos com o Estado, percebeu-se a necessidade de criar uma lei de fomento às atividades artísticas que os jovens da periferia já realizavam. Entretanto, é interessante dar continuidade a esses projetos.

E o X da questão vai muito além disso. A pesquisadora Isaura Botelho realizou algumas investigações sobre formas de diversificar o financiamento cultural na década de noventa. Apesar de já terem se passado aproximadamente 20 anos e o panorama ter mudado devido a fatores como a crise econômica internacional, ainda assim é interessante fazer uma análise sobre o seu olhar referente a esse assunto, visto que desde então não há pesquisas tão significativas nesse campo.

Primeiramente, depois que o ex-presidente Fernando Collor teve tanta facilidade em devastar o setor cultural no país em sua passagem pela presidência, Botelho passou a analisar como outros países realizam investimentos em cultura, em busca de modelos com práticas mais estáveis para fomentar a cultura nacional.

Sendo assim, não estamos colocando a busca por recursos para financiamento cultural à frente das políticas públicas culturais, ou mesmo das manifestações artísticas, isso seria uma inversão de valores. “O financiamento deve ser determinado pela política e não seu determinante. Ele deve ser a tradução de um objetivo a se alcançar” (BOTELHO, 1997, p. 01-02).

A pesquisadora cita dois modelos antagônicos de política governamental: de um lado, a França, que defende que o investimento em cultura deve ser uma responsabilidade do governo. A França possui um longo histórico de altos orçamentos por parte do Ministério da Cultura, esse quadro é totalmente coerente com um país considerado o berço do cruzamento de várias culturas da humanidade e de produção cultural há séculos. Do outro lado, temos os Estados Unidos, um país jovem, que se opõe ao patrocínio governamental às artes no qual quase 50% dos investimentos na área da cultura partem de pessoas físicas. Isso não significa que o Estado não tenha

³ Maiores informações sobre a lei no site: <<http://www.programavai.blogspot.com.br>>.

seu papel fundamental, já que o governo americano pratica uma série de incentivos fiscais que estimulam o investimento privado e civil, abrindo o espaço para que a sociedade decida diretamente a respeito da aplicação dos recursos públicos.

O Brasil seguiu o modelo francês, atribuindo ao Estado a responsabilidade de financiar a cultura nacional. Todavia, o Estado, por sua vez, criou leis como a Lei Rouanet, que transmitiu a responsabilidade de escolha dos projetos beneficiados às empresas, que passaram a beneficiar apenas projetos de maior visibilidade para suas marcas, excluindo projetos de pequeno e médio porte, aplicando uma política de mercado, completamente excludente, nada democrática.

Botelho sugere como possível solução a diversificação de financiamento, o governo, juntamente com o setor privado e a sociedade civil, através de leis de incentivo, de incentivo fiscal e da divulgação dos benefícios para todos. E pode-se ir mais além, propondo a abertura de canais onde a sociedade possa opinar, fiscalizar, sugerir demanda e ser efetivamente decisiva nas escolhas praticadas no âmbito do financiamento cultural.

O mais relevante desses exemplos seria pensar a sociedade brasileira sob o prisma de ter vários agentes que pudessem contribuir para o financiamento cultural: governo, empresas e principalmente a sociedade civil. O governo teria que criar demanda e estímulos fiscais para que a população pudesse escolher e favorecer projetos que ocorressem próximos às suas comunidades, transformando significativamente a sua realidade.

As empresas, além de serem beneficiadas com o marketing cultural, deveriam também conscientizar-se de seu papel e contribuir para a genuína transformação da sociedade ao apoiar projetos enriquecedores para a preservação da cultura brasileira, independentemente de sua visibilidade. Desse modo, projetos como o Cultura ZL não ficariam tão às margens da sociedade, ganhariam força para a sua realização e principalmente para sua continuidade.

5. Cultura ZL: cultura na periferia e pesquisa de campo

Esse artigo faz um recorte do cenário cultural da Zona Leste de São Paulo, onde vivem muitos artistas, produtores e militantes culturais. Propõe-se aqui uma reflexão sobre as dificuldades que eles têm de ir e vir para ter acesso a direitos básicos como segurança, educação e principalmente a bens e equipamentos culturais.

No início do século XX, houve uma expansão urbana na cidade de São Paulo, proporcionando a criação de bairros mais distantes do centro da capital. “A valorização da área central e o aceleração dos loteamentos na região expulsaram a classe trabalhadora e muitos que vieram do interior do país em busca de emprego, para as periferias” (ALCALDE, 2013, p. 28).

Até meados da década de 50, a Zona Leste de São Paulo ainda não abrigava tantos moradores e também era desprovida de recursos básicos como saneamento, iluminação, asfalto etc. A partir da década de 60, começou um crescimento descontrolado e sem planejamento, trazendo à população local uma série de dificuldades e problemas sociais. Não houve uma preocupação governamental para suprir as necessidades da população dessa região.

A cidade (centro) foi projetada “para poucos, pela lógica da expansão automobilística e da especulação imobiliária. As regiões periféricas começaram a crescer desgovernadamente, às vistas grossas do governo, com problemas dos quais alguns permanecem até hoje” (ALCALDE, 2013, p. 11). Dessa maneira, a negligência do Estado com relação às periferias resultou em uma perigosa combinação entre violência, discriminação e estigmatização midiática dessas regiões (ALCALDE, 2013, p. 13).

Entretanto, essa problemática não impediu a região de ter uma população criativa, culturalmente ativa e cheia de originalidade. “O que queremos discutir aqui não é a ingenua idéia de levar arte à periferia, afinal, a cultura é ordinária de todo modo de vida, é de todos e ninguém está privado dela. O que é possível privar é o acesso aos bens e equipamentos culturais” (ALCAIDE, 2013, p. 15).

O Cultura ZL é uma rede de coletivos culturais situados na Zona Leste de São Paulo, com o intuito de fortalecer a formação, a produção, a circulação e a difusão da cultura da periferia de maneira organizada, libertando as produções do confinamento

local, de modo a articular esses grupos para desenvolver um diálogo efetivo com o poder público⁴.As redes conseguem discutir assuntos comuns aos grupos e isso faz com que coloquem em pauta fluxos da diversidade cultural da região.

Foram realizadas entrevistas com produtores culturais da Zona Leste de São Paulo para compreender melhor as suas rotinas, suas necessidades e seus progressos no diálogo com o Estado para o desenvolvimento de políticas públicas. Desse modo, podem ser traçadas metas para avançar mais ainda na democracia cultural da ZL de São Paulo.

O primeiro entrevistado foi o Uilian Chapéu⁵, membro do Cultura ZL, agente cultural, produtor e escritor. Juntamente com outros ativistas culturais, organiza uma batalha de poesias chamada Slam da Guilhermina. O encontro ocorre toda última sexta-feira de cada mês, ao ar livre na praça ao lado esquerdo do Metrô Vila Guilhermina. Eles realizam a atividade nesse local porque não possuem um espaço físico adequado para a sua realização, como um teatro ou espaço cultural. O público é assíduo. O projeto existe desde fevereiro de 2012.

1) O Estado oferece algum respaldo para as ações culturais que vocês realizam? Sim ou não? Em caso afirmativo, quais?

No caso do Slam, conseguimos através do VAI (Lei de incentivo cultural) no ano de 2013, este ano estamos sem apoio nenhum.

No caso do Cultura ZL, no ano de 2011 por meio de pressão conseguimos uma parceria com as OC's (Oficinas Culturais do Estado de São Paulo), mas não durou mais que um ano. Em 2012, conseguimos a aprovação de um projeto no VAI, o projeto tinha o nome "Informativo Cultural" que fez quatro edições de um circular que foi distribuído nas residências, de casa em casa, informando a todos sobre o processo da luta por um espaço cultural na região.

Em 2013, o projeto teve aprovação pelo segundo ano seguido e fizemos um livro que conta a história do bairro de Ermelino, a luta pela reabertura do Teatro Flávio Império, localizado em Cangaíba, a história da Rádio Filó, uma rádio

⁴ Mais informações no site: <<http://culturazl.blogspot.com.br>>.

⁵ Entrevista concedida em 18/04/14.

comunitária dentro de uma escola pública, a própria história de formação do Cultura Zl e muitas outras obras como contos e poesias.

2) Existe algum diálogo entre a sua Associação Cultural e o Estado?

Somente com a subprefeitura, sobre pressão, mas parece que as coisas vêm dando resultados. Esses dias atrás foi feita uma reunião com o secretário adjunto Alfredo, membros da subprefeitura e da comunidade, isso possibilitou acesso a um prédio público que estava fechado e agora estamos iniciando uma ocupação junto à subprefeitura.

3) Há espaços de ocupação, públicos ou privados, para a realização de suas atividades culturais? Em caso afirmativo, quais são os principais espaços?

No Slam da Guilhermina ocupamos uma praça pública. Na rede Cultura ZL, pelo fato das atividades serem bem diversificadas, em alguns momentos ocupamos praças públicas, em outras escolas, igrejas entidades, mas apenas para desenvolvimento das atividades e reuniões, nenhuma delas possui preparo para abrigar de fato nossas atividades.

4) Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo(s) grupo(s) em que você atua para realizar os seus projetos?

A principal dificuldade é a falta de um espaço físico adequado, como por exemplo, uma Casa de Cultura. Por diversas vezes, não tínhamos onde marcar nossas reuniões e acabavam sendo na casa de alguém. Por isso, segue a nossa luta pela casa de cultura. Já realizamos manifestos culturais, abaixo-assinado, vídeos, fomos a diversas reuniões com diversos líderes políticos, sempre pressionando a efetivação de um espaço público.

5) Quais são os principais benefícios para a comunidade próxima frente as atividades culturais que vocês realizam?

O acesso a essas atividades culturais possibilita que a comunidade tenha momentos de reflexão por meio da arte, seja ela a dança, o grafite, o teatro, a música, a poesia, entre muitas outras. Ou simplesmente que desfrute da arte. Ter uma opção de entretenimento saudável já ajuda bastante. Na maioria das vezes, o ponto de desenvolvimento cultural torna-se um ponto de encontro onde as amizades são feitas.

Realizamos também uma entrevista com Bruno Veloso⁶ – Coordenador geral da Associação Cultural Periferia Invisível⁷. Trata-se de uma associação cultural formada por ativistas culturais moradores do bairro de Ermelino Matarazza, com o intuito de suprir algumas necessidades que não eram abarcadas pelo Estado, como a difusão e a formação cultural.

1) Quais as principais atividades culturais que vocês realizam hoje?

A Associação de Arte e Cultura Periferia Invisível realiza atualmente ações com foco nos seguintes segmentos: pesquisa e formação, produção e promoção, e difusão, como fundamento inerente ao processo de desenvolvimento local.

Abordando as linguagens de música e teatro com oficinas gratuitas para a comunidade local de Ermelino Matarazzo, são propostos *workshops* periódicos gratuitos com temáticas ligadas ao interesse de trabalho e abordagem do coletivo Periferia Invisível. Com isso, realizamos a produção de um programa de reportagens audiovisuais com demandas de temáticas da região.

2) O Estado oferece algum respaldo para essas ações culturais? Sim ou não? Em caso afirmativo, quais?

⁶ Entrevista concedida em 20/04/14.

⁷ Mais informações sobre a Associação Cultural Periferia Invisível no site: <http://www.periferiainvisivel.com.br/sobre/>.

Sim, atualmente, através do VAI – Programa de Valorização de Iniciativas Culturais, da Secretaria Municipal de Cultura, e o Programa Cultura Viva, convênio entre a Secretaria Municipal de Cultura e o Ministério da Cultura, os projetos elaborados pelo Periferia Invisível foram contemplados, fortalecendo o desenvolvimento das ações do mesmo.

3) Existe algum diálogo entre a sua Associação Cultural e o Estado?

Sim. Esses grupos periféricos têm como uma das principais características a reivindicação de criação e acesso à políticas públicas, bem como a cobrança sobre o Estado para o desenvolvimento de suas ações. No caso de ser a comunidade em que o Periferia Invisível está inserido, o diálogo não é abrangente, está sempre concentrado em pequenos grupos de interesse que defendem projetos em suas áreas, cultura, educação, saúde e moradia. Ou seja, a população em geral não dialoga diretamente com o poder público.

4) Há espaços de ocupação, públicos ou privados, para a realização de suas atividades culturais? Em caso afirmativo, quais são os principais espaços?

Atualmente possuímos sede própria. Um familiar de um membro do Periferia Invisível doou o terreno e construímos a sede do Periferia com recursos próprios. Agora estamos dialogando com o Governo para torná-la um ponto de cultura.

5) Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo grupo em que você atua para realizar os seus projetos?

A principal dificuldade continua sendo o apoio e a captação de recursos para realizar os projetos. É importante ressaltar que hoje, após 6 anos de existência do projeto, e com a mesma carga de atividades realizadas anteriormente, conseguimos a aprovação em dois editais públicos, porém, como esses editais possuem valores muito baixos, não é possível dar continuidade a longo prazo, uma vez que os envolvidos necessitam trabalhar em outras atividades para poderem se manter atuando

ativamente junto ao Periferia Invisível. Na sua grande maioria, os integrantes da Associação não vivem da Associação, mas de renda advinda de trabalhos externos.

6) Quais são os principais benefícios para a comunidade próxima frente as atividades culturais que vocês realizam?

Através das atividades do Periferia Invisível vimos a expansão dos limites e horizontes em que jovens periféricos se enxergavam e acreditavam não ser possível atravessar. Vimos à realização de sonhos e o surgimento de novos, vimos pessoas ingressando em universidades públicas, entrando em institutos de ensino na área da cultura, desenvolvendo seus próprios projetos. Porém, buscamos também a construção de centros culturais, casas de cultura e teatros, pois através desses equipamentos o acesso à cultura torna-se mais próximo a todo e qualquer cidadão.

Nota-se que nos dois casos as necessidades são muito parecidas. Os dois grupos analisados têm dificuldades em relação a dar continuidade aos projetos que realizam devido à escassez de recursos. Existe atualmente o Vai, que ajuda em algumas situações, entretanto, seria imprescindível criar novas leis de incentivo e desburocratizar as que já existem. Há também falta de espaços físicos apropriados para a realização das atividades. Um dos grupos inclusive se articulou e conseguiu montar um espaço cultural com recursos dos próprios membros, contudo, os dois grupos se queixam de não ter o diálogo necessário com o poder público para o desenvolver políticas públicas que atendam as demandas da localidade.

As experiências do Periferia Invisível e do Slam da Guilhermina, dois grupos pertencentes ao Coletivo Cutura ZL, ajudam tanto a população, artistas, produtores culturais, como o governo a traçar o caminho a ser seguido para adotar alternativas que ajudem a construir essa democracia cultural de que tanto se fala, com espaço para todos usufruírem os direitos e deveres e, deste modo, será construída uma sociedade mais digna, menos desigual e com a capacidade de criar, decidir e se desenvolver cada vez mais.

6. Considerações finais

O direito às manifestações culturais e ao acesso a bens culturais é de todos os cidadãos, de modo que o desenvolvimento de um povo está extremamente ligado à sua expressão cultural e à capacidade de se posicionar diante do mundo.

Cabe a cada produtor ou gestor cultural encontrar a possibilidade que mais se encaixará nas ideias artísticas e buscar através de parcerias com o poder público, privado e também com a sociedade civil alternativas para tirá-las do campo das ideias e transformá-las em realidade. Existe uma cena cultural muito bem articulada acontecendo na Zona Leste de São Paulo, que merece a nossa atenção, pois com ou sem o respaldo do governo, ela é ativa.

Independente de estarmos na Zona Leste de São Paulo ou não, como gestores culturais precisamos fazer o que for necessário para facilitar o acesso a bens culturais, à formação e à produção cultural.

Por isso, é fundamental estarmos cientes de que uma sociedade que tem consciência política e possui condições de se expressar culturalmente tem muito mais chances de se desenvolver e conquistar a sua autonomia.

7. Referências Bibliográficas

AICAIDE, Emerson (org). **Cultura ZL. São Paulo**. Edicon, 2013.

BOTELHO, Isaura, MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Modelos de financiamento da cultura; os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997

CALABRE, Lia. **Problemáticas contemporâneas no campo das políticas públicas**. Artigo do VIII Enecult Bahía, 2012.

CATARSE. Disponível em: <<http://www.catarse.me>>. Acesso em: abr/ 2014.

CESNIK, Fábio de Sá. **Guia de incentivo à cultura**. 3ª Edição – Barueri, SP: Manole: 2012.

CULTURA ZL. Disponível em: <<http://culturazl.blogspot.com.br>> Acesso em: jul/ 2014.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural: para a liberdade e outros escritos**. 14ª Edição – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LIMA, Debora Rebello. **O programa cultura viva e a materialização de um novo discurso sobre o papel da cultura**. VIII Enecult Bahía, 2012.

MOISÉS, José Álvaro e BOTELHO, Isaura (orgs.). **Modelos de financiamento da cultura. Os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1997.

PERIFERIA INVISÍVEL. Disponível em: <<http://www.periferiainvisivel.com.br/sobre>>. Acesso em: mai/ 2014.

PROGRAMA VAI. Disponível em: <<http://programavai.blogspot.com.br>>. Acesso em: mai/ 2014.

SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Orgs.) **Políticas públicas; coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.